



*Adilson Cristiano Habowski
Elaine Conte*

Fake news, pandemia e os multiletramentos digitais

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a questão das *fake news* e suas repercussões por interação social em todos os âmbitos da vida, especialmente nesse período de pandemia. Tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre como o contato com as *fake news* (informações falsas) pode causar interferências nos processos educativos e nos múltiplos cenários da sociedade. Em um contexto epidêmico de saúde pública, a comunicação é primordial para manter informada a sociedade sobre a atual situação de distanciamento físico e as medidas necessárias para controlar a pandemia. Dessa forma, este artigo propõe trazer uma contribuição para que os professores e a comunidade possam refletir sobre as distorções da linguagem digital e as informações errôneas vinculadas à questão das *fake news* em meio aos multiletramentos digitais. Finalmente, são tecidas considerações sobre os multiletramentos digitais como uma forma de diálogo pedagógico, que envolve a mobilização de um conjunto de letramentos e práticas sociais entrecruzadas de forma mútua e sensíveis aos contextos vitais como condição para o enfrentamento das *fake news* na educação, para reconhecer, compreender e revisar as manifestações, perplexidades e banalidades recentes.

Palavras-chave: *Fake news*. Pandemia. Educação. Multiletramentos digitais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Hoje estamos interconectados diariamente para sobreviver no mundo do trabalho e da vida, pois em situação de pandemia vivemos trabalhando de casa via internet articulados aos ambientes profissionais e às instituições educacionais. Cabe notar que desde dezembro de 2019, na cidade de Wuhan/China, fomos alertados, quase em tempo real, por tecnologias e aparelhos interconectados mundialmente dos primeiros casos de pessoas acometidas de uma doença respiratória grave causada por um novo vírus até então desconhecido¹. Cada vez mais, as tecnologias têm revolucionado a vida humana por conta do poder inscrito na mobilidade informacional, da conexão instantânea e ubíqua (SANTAELLA, 2019). “Estamos em um mundo caracterizado por interação social constante. Se a escola ignorar a amplitude da comunidade à qual pertencem as novas gerações estará excluindo da vida escolar grande parte da experiência social e cultural cotidiana” (BANNELL et al., 2016, p. 117). As formas de comunicação na contemporaneidade também passam a sofrer distorções, a partir da manifestação de múltiplas culturas, encorajando inclusive práticas de disseminação de fatos fabricados em notícias falsas - as *fake news*². Para Soares (2002, p. 156), há uma pluralização de letramentos, ou seja, “diferentes espaços

- 1 A nomenclatura oficial desse microrganismo o *International Committee on Taxonomy of Viruses* definiu como *Severe Acute Respiratory Syndrome – Related Coronavirus 2* (SARS-CoV-2). Em fevereiro de 2020, a World Health Organization (WHO) redefiniu a doença causada por este vírus como *Coronavirus Disease-2019* (COVID-19). A acelerada transmissão e disseminação global da doença (por contato, aglomerações, viagens) fez com que a *World Health Organization* decretasse a pandemia (DUARTE; QUINTANA, 2020).
- 2 “As *fake news* consistem em informações não verdadeiras transmitidas por meio de mensagem, áudio, imagem ou vídeos editados para atrair a atenção do leitor no intuito de desinformá-lo e obter algum tipo de vantagem sobre ele, sem que haja fonte verdadeira determinada, mas apresentando uma maquiagem que transparece uma aparente credibilidade para quem as recebe” (SOUSA JÚNIOR et al., 2020, p. 336). Ireton e Posetti (2018, p. 7) acrescentam que nas *fake news* - “a expressão *notícias falsas* é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais”.

de escritas e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita que resultam em diferentes letramentos”.

Tais relações de poder inscritas nas tecnologias digitais permitem aos sujeitos fazer circular informações rapidamente causando efeitos sob a forma de atos de fala *locucionários*, *perlocucionários*, *ilocucionários* (HABERMAS, 1994), ou de novas roupagens, mestiçagens, reproduções, distorções e até manifestações impensadas de mundos. Em plena pandemia diferentes nações, por meio de políticas públicas e meios de comunicação, procuram implementar o isolamento físico e social indicado pela *World Health Organization* (WHO), para desacelerar a transmissão do novo coronavírus (COVID-19) e evitar aglomerações de pessoas.

Quando a pandemia foi anunciada, as redes de comunicação em uma grande escala e rapidez disseminaram a informação de modo mais veloz que o próprio coronavírus, daí a preocupação deste trabalho. Por essa razão, este artigo traz as seguintes inquietações: Quais impactos e efeitos das *Fake News* no período da pandemia do coronavírus? Os multiletramentos digitais³ seriam formas de encorajar as práticas educativas de leitura e escrita no enfrentamento das *fake news* para garantir a democratização dos conhecimentos e a correção das informações errôneas? São muitas as reflexões que este contexto nos possibilita e sem a pretensão de apresentar uma perspectiva fechada, ousamos abrir novos horizontes de análise tendo em vista as múltiplas culturas educativas. Para tanto, temos alicerce na abordagem hermenêutica voltada para a compreensão das contradições das produções humanas presentes nos textos e discursos, num processo cooperativo voltado para o diálogo com as diferenças e ao exercício de criação cultural com as experiências no e do mundo.

3 Os multiletramentos digitais são projetados e embasados nos estudos de Paulo Freire (1989), que defende as diversas formas de falar a palavra e de ler o mundo, a si e as produções textuais em suas variadas formas de expressão e representação, sempre conectadas com a realidade e com os contextos sociais (recentemente em Magda Soares e Roxane Rojo).

De acordo com Habermas (1994, p. 222), “a compreensão hermenêutica se endereça por sua mesma estrutura a garantir, dentro das tradições culturais, a autocompreensão possível dos indivíduos e dos grupos, que oriente a ação, e uma compreensão recíproca entre os indivíduos e os grupos com tradições culturais distintas”. A atitude hermenêutica é a garantia da fusão de horizontes interpretativos no encontro com as tradições culturais que se reconhecem mutuamente, conferindo as condições básicas para o diálogo hermenêutico. “O esforço hermenêutico almeja a apropriação de sentido, presente em cada momento uma voz silenciada que deve ser novamente despertada para a vida” (HABERMAS, 1994, p. 351).

A busca pela humanização das relações intersubjetivas implica o empenho não violento por ataques desleais (*fake news*) em busca da liberdade cooperativa que nos constitui no encontro com as diferenças. Para Hermann (2002, p. 83), a hermenêutica permite “que a educação torne esclarecida para si mesma suas próprias bases de justificação, por meio do debate a respeito das racionalidades que atuam no fazer pedagógico”. A linguagem é o alicerce para a construção do conhecimento em suas múltiplas diferenças e reciprocidades, uma vez que os debates educativos necessitam de uma abertura para pensar os problemas que envolvem a sociedade emergente.

Em um sentido mais amplo, o trabalho de produção das culturas e linguagens, em meio aos multiletramentos digitais (ROJO, 2012, 2013), conversa com as perspectivas de Paulo Freire (1989) e Magda Soares (2002), visto que ambos partem da experiência sociocultural cotidiana, do não acomodamento a uma técnica de leitura ou a um único método, buscando abordagens críticas, democráticas, políticas, éticas e estéticas. Essas referências defendem que a leitura do mundo precede a leitura da *palavramundo* (FREIRE, 1989), do alfalettrar (SOARES, 2002), que possibilita recuperar para o âmbito da leitura e da escrita o compromisso e a responsabilidade com os sujeitos de expe-

riências diferentes, de linguagens plurais e capazes de (re)elaborar a própria história. Paulo Freire (1997, p. 27-38) dialoga sobre questões da construção de uma escola democrática, de um ensino crítico, desafiador, persistente e que reconhece a realidade, visto que igualmente demanda a leitura da palavra, do mundo e do contexto, ou seja:

A forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo está, de um lado, na não negação da linguagem simples, *desarmada*, ingênua, na sua não desvalorização por constituir-se de conceitos criados na cotidianidade, no mundo da experiência sensorial; de outro, na recusa ao que se chama de *linguagem difícil*, impossível, porque desenvolvendo-se em torno de conceitos abstratos. Pelo contrário, a forma crítica de compreender e de realizar a leitura do texto e a do contexto não exclui nenhuma das duas formas de linguagem ou de sintaxe.

Inicialmente, abordamos o fenômeno das *fake news* tomando por base as recentes discussões de Santaella (2019), Han (2017, 2018), Amaral (2012), Sastre; Oliveira; Belda (2018), apresentando um breve panorama. Na sequência, delineamos algumas pesquisas recentes sobre as *fake news* no contexto da pandemia: perspectivas de multiletramentos digitais, de acordo com os estudos de Sousa Júnior et al. (2020), Buckingham (2010), Buzato (2003), Araújo e Glotz (2009), Santos e Almeida (2020), Rojo (2012, 2013), entre outros autores. Por fim, sugerimos pistas com outros textos pelo viés dos letramentos críticos (SOUZA, 2011), buscando uma compreensão abrangente de leitura expandida das realidades vigentes, para dar conta das necessidades e dos processos de inclusão digital e dos multiletramentos que englobam as diferentes formas de textualidade na leitura de imagens, técnicas, interpretações das mais variadas mídias, no sentido de enfrentar a desinformação e frear a transmissão e a propagação das *fake news*.

O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS*

A informação é um meio para formar opiniões, bem como para expressar olhares, sentimentos, ações, formatar saberes e práticas de uma comunidade. Para a transmissão da informação vem ocorrendo mudanças significativas nos modos de comunicar, por meio das multimídias, incluindo, recentemente, a programação de um amplo envio de informações para interferir politicamente e perturbar a formação da opinião pública. Com o avanço tecnológico, a expansão da internet e das redes sociais, o sujeito transformou-se em um *prosumer*, ou seja, um criador de produtos e informações, possibilitando que os usuários da internet criem e publiquem seus próprios conteúdos (alguns com financiamento público) para uma audiência que pode ser global, conforme a ampliação de sua interconexão e ampliação da natureza do digital sem fronteiras (AMARAL, 2012). De fato, o conceito *fake news* popularizou-se mundialmente a partir do seu uso na política, sobretudo, a partir da vitória presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA). Neste cenário, três palavras que entraram exaustivamente no cotidiano de domínio público: *bolhas*, *notícias falsas* e *pós-verdade* passaram a ser compartilhadas “em conversas, notas e matérias em jornais e revistas, *posts* e compartilhamentos nas redes sociais, *blogs*, debates em eventos, conferências, discussões filosóficas e pesquisas científicas” (SANTAELLA, 2019, p. 10). Cabe notar que as *fake news* não se reduzem a conjuntura política e tem se alastrado em todos os âmbitos da vida e gerado interferência nos múltiplos cenários da sociedade.

Pistas serão aqui propostas por Sastre, Oliveira e Belda (2018), nas investigações sobre *fake news* na conjuntura política brasileira, especialmente quando indicam a existência de motivações financeiras que incentivam a criação e o compartilhamento de *fake news* na internet. O número de acesso em matérias informativas falsas e

sensacionalistas que alimentam as inverdades e incitam o ódio são extremamente rentáveis àqueles que têm a finalidade de desinformar determinados grupos vulneráveis a notícias falsas. De acordo com Nascimento (2020, p. 253),

As *fake news* têm se mostrando capazes de abalar princípios democráticos em direção à demagogia populista e ao autoritarismo. Esse tipo de instrumento da mentira organizada disseminado pelas redes sociais prejudica o convívio político em comum, instigando as pessoas à intolerância. As redes sociais em dado período proporcionaram a aproximação de pessoas com ideias para melhorar a participação democrática, no entanto, a mentira política alastrou-se pelo uso de *fake news* e atiou a disseminação de posições ideológica autoritárias através de uma intimidade mórbida entre alguns governantes e governados.

A invisibilidade de tais mecanismos empregados por poderosas companhias de tecnologia têm seu *design* destinado a retratar a própria bolha de desejos e crenças a que pertencemos. Trata-se de uma questão paradoxal, pois a retroalimentação de ideias cria um solo fértil para a polarização de opiniões desinformadas e radicais. Quando recebemos informações que confirmam as nossas crenças automaticamente rejeitamos tudo o que rompe com nossos hábitos (de pensar diferente), criando as nossas próprias bolhas para não transformar os modos de agir. “Esse tipo de exposição seletiva, em que as escolhas são tanto explícitas quanto implícitas, é alimentado pelas tendências homofílicas que fazem parte do funcionamento do psiquismo humano” (SANTAELLA, 2019, p. 17). Seguindo essa lógica de raciocínio, “a mente humana funciona por reconhecimento de padrões, sendo atraída por padrões já conhecidos em detrimento dos desconhecidos. Justo por isso, gasta-se muito menos esforço e energia mental diante da mesmidade do que diante da alteridade”, no sentido de uma pedagogia da tolerância que acolhe a pessoa como ela é (SANTAELLA, 2019, p. 18).

De acordo com o filósofo sul coreano Byung-Chul Han, o momento em que estamos vivendo, com os novos meios e técnicas de comunicação corrói cada vez mais a relação de alteridade e cria novas intranparências da informação. O mundo digital é pobre em alteridade, em escuta sensível e em resistência (auto)crítica. Nos círculos virtuais em nada virtuosos, o eu narcísico pode mover-se praticamente desprovido do *princípio de realidade* que seria um princípio do outro e da resistência. A virtualização e digitalização dos roteiros vitais pelo barulho das máquinas tem levado ao desaparecimento da experiência do contato com a realidade, algo que nos oferece resistência às informações falsas ou comunicação distorcida.

O sujeito do desempenho dispõe de uma quantidade exagerada de opções fabricadas e já não é capaz de estabelecer leituras críticas, interligações e relacionamentos consigo mesmo e com os outros, a não ser exposto ao consumo de mercadorias ativadas pela informação. “O ego pós-moderno emprega grande parte de sua energia da libido para si mesmo. O restante da libido é distribuído em contatos sempre crescentes e relações superficiais e passageiras” (HAN, 2017, p. 92). Neste ponto, o sujeito é reduzido ao valor de objeto comercial, ao obsoleto e massificado, recaindo num vazio existencial de informações desconectadas do próprio mundo ou das atrocidades capitalistas impostas pela complacência em relação à forma de exploração implantada. “O hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. Ele arranca a dignidade do ser humano, substituindo-a completamente pelo valor de mercado” (HAN, 2017, p. 127).

Basta você discordar da opinião de um gestor, dizer não à sobrecarga de trabalho e ao mundo das redes sociais para ser excluído do trabalho ou de uma sociedade de sugadores da informação alheia⁴.

4 O conjunto dessas facetas movidas por interesses de dinheiro e poder da informação é apresentado no documentário *O dilema das redes* (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7X54fS0SQyw> Acesso em: 07 out. 2020.

Essas condições retomam a ideia dos marginalizados do passado, aqueles que não consumiam o que produziam, agora sem experiências vitais e reféns do próprio futuro linear, sujeitos desintegrados pelo sistema e invisibilizados pelo excesso de trabalho (desumano/sub-humano) de um mundo sem solidariedade, afetos e lembranças de casas sensoriais.

Dada a aceleração temporal do mundo das redes, Santaella (2019, p. 13-14) desvela “o fato de que o Google personaliza o que cada usuário obtém como resposta às suas buscas. [Sendo] uma espécie de espelho unilateral que reflete tão só e apenas nossos próprios interesses, enquanto os algoritmos observam tudo o que clicamos”. O problema disso, segundo as análises da autora, é que tal personalização feita por filtros de máquinas de buscas ou mídias sociais promove segregação ideológica, tendenciosidades e reverbera no coletivo, porque torna as pessoas vulneráveis a manipulações políticas, frequentemente a serviço de interesses unilaterais, com propagandas e subversão dos usuários em bolhas de informações, assuntos, contra novas ideias, estreitando horizontes de mundo. “A unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante” (SANTAELLA, 2019, p. 16).

Nessa mesma perspectiva, Han (2018) aponta que no mundo digital todos são domesticáveis em potencial, pois a comunicação compulsiva torna o ser incapaz de raciocínio, distanciamento crítico e afeto diante da perda de respeito pelo outro e pela autoridade da experiência, momento em que entra em jogo a dispersão e a desintegração generalizada. Han (2018) concentra o seu estudo nos confrontos com a comunicação digital identificada com a lógica da embriagues perceptiva, cegueira e estupidez coletiva da globalização do desrespeito recíproco de viver no enxame. Nesse sentido, apresenta uma discussão sobre a rápida ascensão da mídia digital e

a incapacidade de elaboração humana desses instrumentos culturais, que deixa o espaço público na perspectiva do exame, sem ação reflexiva e sem filtro conjunto no embate com as informações digitais.

Nesse ponto, “à medida que cresce o papel das mídias sociais na difusão de informações, há também um perigo crescente de reforço das bolhas de filtro. Isso se repete no caso do tráfico de notícias” (SANTAELLA, 2019, p. 20). Embora haja um efeito democratizante destas buscas para expandir gostos musicais ou livros, elas também são classificadas por conteúdos parciais (de algoritmos, *softwares* e inteligência artificial) e baseadas na popularidade para fins mercadológicos.

Nesse cenário, cabe ao usuário avaliar os perigos disfarçados de informações e os benefícios dos conteúdos visitados, além da possibilidade que tem de bloquear os atributos de personificação ou apagar arquivos de buscas (tags e links), daí a relevância e o papel dos professores como referenciais para dar base ao trabalho de uma leitura crítica e criativa dessas novas intransparências e perplexidades. Aliás, muito vai depender da capacidade de ensinar a compreensão, as formas de filtragem e aprendizagem com exercícios autocríticos, ou seja, de uma formação socioeducacional que habilite os sujeitos para colocar seus posicionamentos à prova (SANTAELLA, 2019). Agora, cabe a todos nós a reavaliação das bolhas filtradas da era digital, que funcionam como espelhos para neutralizar a ansiedade e instabilidades emocionais, produzindo a impressão equivocada de que estamos corretos em informações, “especialmente na política, campo sobre o qual recaem as maiores preocupações acerca das *fake news* (notícias falsas)” (SANTAELLA, 2019, p. 23).

Na verdade, tais difusões com base em inverdades “visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos” (SANTAELLA, 2019, p. 29). Esse consumo de informações, disseminação de falsas notícias e boatos são levados ao extremo e não passam por regulações ou

padrões de avaliação externos às confusões do barulho digital, pois não existem regras para a aceitação dos pronunciamentos. Parece que foram sucumbidos os princípios da conversação em processos de produção de conhecimento histórico-educacional pela lógica dos caça-cliques, cuja mensagem emocional ou por insistência atrai mais curtidas do que o seu conteúdo de acesso à álbuns falsos. Assim, “o sensacional atrai o clique que atrai mais compartilhamentos. Quanto mais tráfico houver, tanto maior será a difusão do engano cujo modo de propagação é regido, sobretudo, pelo apelo emocional não filtrado pela razoabilidade do bom senso” (SANTAELLA, 2019, p. 32).

Com o mar digital de alta velocidade entrando nas esferas dos mercados financeiros, outras formas de escuridão fantasmagóricas emergem na transparência crescente da comunicação entre algoritmos e máquinas, que conduzem a guerras comerciais, para além da *força humana* (HAN, 2018). Efeitos destrutivos, no que se refere às dimensões de tempo, espaço e de relações sociais, pela rápida circulação de informações e do capital doutrinator vem caracterizando a nossa sociedade, que vive uma postura de recepção passiva de imagens que entretém e são tornadas consumíveis, sem um filtro capaz de esboçar qualquer tipo de choque ou estranhamento.

Em meio às incontáveis opiniões e opções individuais, as ideologias que formam um horizonte político de decisão existencial se degeneram e se tornam um *sem discurso*. Tal dimensão é aprofundada por Han (2018), ao tratar de *cidadãos a consumidores* pelo viés da *democracia desideologizada* quando os políticos são substituídos por especialistas que administram e otimizam o sistema. Tanto representantes políticos quanto partidos seriam superficiais, assim como o “botão de curtir é a cédula eleitoral digital [e] um rápido toque com o dedo substitui o discurso” (HAN, 2018, p. 116-117). Nessa perspectiva, a responsabilidade social é suprimida e se aproxima do *marketing digital*.

A propagação de *fake news* como fonte para ganho financeiro é manipulada pela desinformação que influencia a visão dos sujeitos sobre os fatos, causando confusão e banalidades que servem para alimentar projetos políticos. Embora as bolhas não são as causadoras das *fake news*, elas ajudam no seu processo de propagação. Nessa lógica, Santaella (2019, p. 34) refere que um pouco menos prejudiciais são os memes, “uma criação popular crivada de imaginação visual”, no entanto, podem converter o riso com a finalidade de criticar em pretexto sensacionalista para difundir preconceitos, crenças ou mentiras, tendo como slogan afirmativo - um jornal isento de verdade. Há ainda nas redes a velocidade ímpar do jornalismo online com títulos e imagens que não permitem a verificação dos fatos, cuja potência propagadora tende a capturar as pessoas em relações que incubam seus próprios preconceitos. Seguindo a perspectiva de Lama e Philipson (2019, p. 153),

O novo engajamento político diz respeito, portanto, a fazer as imagens técnicas servirem ao diálogo e não a se contrapor às imagens: *é que os novos revolucionários são imaginadores, eles produzem e manipulam as imagens*, ou seja, injetam valores e politizam as imagens. Em certo sentido, então, a tarefa revolucionária passaria, pode-se pensar, por lidar com os feixes de envio de mensagens via WhatsApp, pelo manejo do Twitter, a defesa contra robôs e perfis falsos, a linguagem dos memes, desprogramando seu uso fascista, imperativo, monológico, por meio por exemplo de paródias, gerando diálogos, reflexões, críticas.

Diante da era da *pós-verdade política*, coloca-se em “evidência o cerne do que há de novo na política: a verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária”, pois a visão enganosa do mundo que visava convencer em outros tempos agora dá lugar à política de *reforçar preconceitos* (SANTAELLA, 2019, p. 47). Afinal de contas, os preconceitos se tornam *altamente inflamados (política da pós-verdade)* e à margem, por denotarem “circunstâncias nas quais fatos objetivos

são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (SANTAELLA, 2019, p. 48). Nessas circunstâncias, o prefixo pós significa não só depois de um evento ou situação específica como pós-guerra, mas corresponde a um tempo em que um conceito se tornou sem valor ou justificação (como pós-moderno e pós-digital). Santaella (2019, p. 50) acrescenta ainda que “uma mentira dita uma única vez permanece como mentira, mas uma maneira repetida milhares de vezes torna-se verdade”, visto que a história ficcional falsa opera no *marketing* e na publicidade.

A descentralização da informação e as tendências propagandísticas ideológicas, sem compromisso com a verdade dos fatos, criam ainda o ceticismo generalizado e o sentimento de desconfiança do que são evidências científicas em relação às divulgações do conhecimento, num clima de anti-intelectualismo e de pensamento anticientífico. Em ecossistemas nebulosos, “os ambientes cognitivos tornam-se de tal maneira confusos e caóticos que fica muito difícil lidar e, porventura, controlar a disseminação de pós-verdade cujo poder de proliferação aumenta em situações ultrapartidárias” (SANTAELLA, 2019, p. 52). Em situações em que a veracidade dos fatos é o que menos importa, provocando crises de valores e conversações polarizadas, é preciso desmascarar os véus de fumaça, os ambientes tóxicos, competitivos e a pulverização desses sites ou posts, averiguando os interesses que estão em jogo. Tendo em vista esses elementos de multiplicidade, cabe retomar a potência do diálogo pedagógico para analisar as informações e *escovar a história a contrapelo*, algo fundamental para pensar na contracorrente ao nosso tempo, fazendo provocações, questionamentos dos olhares e saberes, visando a (auto)compreensão conjunta que confere autonomia para sair da condição de massa de manobra (BENJAMIN, 1985).

Um outro aspecto é partilhado por Santaella (2019), quando diz que para se compreender minimamente de onde vêm as atuais

controvérsias é preciso rever *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn (1962), pois, antes de Kuhn, a ciência era concebida como reunião de fatos, teorias e métodos. Em suas palavras, “foi justamente contra essa visão linear e progressiva que a obra de Kuhn se insurgiu, produzindo uma verdadeira revolução historiografia da ciência” (SANTAELLA, 2019, p. 55). Esta tese desvelou que o avanço científico ocorre por mudanças de paradigmas (matriz disciplinar), novos episódios não-cumulativos, nos quais as realizações científicas entram em questão e crise, sendo substituídas total ou parcialmente por outras. Cabe destacar a atualidade do pensamento de Walter Benjamin (1985, p. 115), no texto *Experiência e pobreza*, datado de 1935/1936, quando afirma:

Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem [...]. Pois, qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? [...]. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge, assim, uma nova barbárie [...].

Nesses entrelaçamentos investigativos, Kuhn (1962) evidencia que as ciências, além de serem construções humanas, são também dinâmicas sociais e históricas, o que resulta, portanto, uma nova compreensão referente aos processos científicos. Com base em Kuhn (1962), podemos compreender que a ciência evolui pelo seu conceito e suas crises, e não pela acumulação e domínio de conhecimento, mas através de revoluções e transformações coletivas. Dessa forma, a ciência evolui por crises, na medida em que problematiza a emergência da vida e dá visibilidade aos saberes da realidade para incluir aos debates aprendentes, os únicos conhecimentos aceitáveis para evoluções e revisões de informações em relações a outras ambiências formativas. Assim, o conhecimento depende de ambientes de formação que reorganizem o que é científico, que não é isento de opinião (neutro ou de verdades absolutas), em vista da comunidade

acadêmica, da anuência da sociedade, do trabalho e aceitação coletiva, e que acontece por reconstruções narrativas confiáveis.

Porém, “é preciso reganhar a autoridade da ciência. Na situação atual, os cientistas devem reaver sua respeitabilidade [e], isso ainda implica apresentar a ciência em ação”, para não recairmos em incertezas e máscaras de que todos perseguem o poder, inclusive a ciência como campo da produção de conhecimento (SANTAELLA, 2019, p. 58). “Contra isso, a ciência deve usar de modo confortável conceitos como verdade, fatos, a realidade lá fora e a aceitação de que a avaliação de reivindicações do conhecimento deve necessariamente implicar julgamentos normativos”, fortalecendo as evidências científicas para a política democrática contemporânea (SANTAELLA, 2019, p. 60). Tais evidências permitem distinguir entre fato e opinião nas redes sociais, uma vez que tudo é posto em dúvida e pesquisado mesmo sob uma lógica semiótica em intercurso comunicacionais, vaguezas e indeterminações que derivam do real com uma mutabilidade constante. “Mas a linguagem só funciona como tal quando encontra um intérprete responsável por um ato interpretativo que instaura uma relação comunicativa” (SANTAELLA, 2019, p. 68).

Tudo isso para mostrar que de uma forma ou de outra, nos contextos da ciência, da filosofia e da arte, somos responsabilizados a nos justificar pela verdade dos fatos, por métodos científico e formas de conhecimento estabelecidas epistemologicamente, entre os modos existenciais de testemunhar e dizer a verdade. “Não há dúvida de que existem pseudociências, isto é, procedimentos, discursos e crenças que pretendem se fazer passar por ciência, [ou] invasões no território da ciência, como aquelas que se dão em práticas ilegítimas de publicação e confiabilidade da produção”, assim como surgem investigações com resultados maquiados e produtivistas (SANTAELLA, 2019, p. 83-84). A autora deixa claro que as ondas da pós-verdade não estão deixando ilesas as áreas humanas, atingindo, questões científicas com

falsas crenças tais como a do terraplanismo e do criacionismo. Entretanto, justifica que tais crenças não “atingem o fazer da ciência para o qual não cabe a pecha de pós-verdade. Por que não? Pelo simples fato de que a ciência não trabalha com verdades indiscutíveis, mas discutíveis” (SANTAELLA, 2019, p. 84). Como bem pontua Habermas (1990, p. 177), “quanto mais discursos, tanto maior a contradição e a diferença”, trazendo para as múltiplas linguagens digitais as questões provisórias e comuns ao mundo da vida, porque interdependem da reflexão, das leituras críticas, criativas e sensíveis acerca da realidade em diálogos com os outros.

FAKE NEWS E MULTILETRAMENTOS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus tornou-se agenda de debates e de (des)informação nas redes sociais e mídias tradicionais. A sociedade recebe diversas notícias que são editadas e compartilhadas sem a devida questionabilidade das propagandas que estão por trás ou a verificação da veracidade delas. Em um contexto epidêmico de saúde pública, a comunicação é primordial e a informação necessita ser uma aliada dos órgãos responsáveis para fazer valer medidas de contenção do vírus, de forma mais assertiva. De forma global, buscam-se maneiras de alertar a sociedade em relação à gravidade da pandemia com a finalidade de orientar ações no âmbito individual e coletivo para combater o coronavírus. Contudo, além da função em manter informada a sociedade sobre a atual situação pandêmica com protocolos de segurança, os órgãos governamentais de saúde e a imprensa estão tendo o trabalho extra de desmentir *fake news* maldosamente inventadas e compartilhadas nas diversas redes sociais. “No que diz respeito ao novo coronavírus, as *fake news*

tomaram conta das redes em uma grande velocidade, talvez tão grande quanto a velocidade de disseminação do novo vírus” (SOUSA JÚNIOR et al., 2020, p. 336).

Essa questão das *fake news* na pandemia fez com que a África do Sul publicasse um conjunto de leis em seu Diário Oficial, com a finalidade de proibir tais inverdades em qualquer meio de informação sobre o assunto da Covid-19. Em um dos trechos relatados consta o seguinte alerta: “qualquer pessoa que publique declarações, em qualquer meio, incluindo mídias sociais, com a intenção de abusar de outras pessoas sobre a Covid-19 (...) será culpada de um crime e está sujeita a uma multa, uma penalidade de prisão de até seis meses ou ambos” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2020, online)⁵. No Brasil, muitas *fake news* foram compartilhadas nas redes sociais, dentre elas: *Idoso que sair de casa terá aposentadoria cortada; Água quente é capaz de matar o vírus; Coronavírus veio dos inseticidas; Ivermectina é a cura da Covid-19; Ao estourar plástico bolha lembre que o ar vem da China; Desinfetantes antibactericidas têm eficácia contra a doença; Cloroquina cura 98,7% dos pacientes com Covid-19; Urina e estrume de vaca pode curar o novo coronavírus; Ingestão de álcool ajuda a combater o vírus; Ozonioterapia mata o novo coronavírus; Cocaína protege contra o vírus*⁶. E como diz um ditado popularmente conhecido - *uma mentira bem contada torna-se verdade* combinado à falta de conhecimento (vazio de pensamento) faz brotar essas curas milagrosas, medos e violências sobre corpos.

A partir dessas mentiras fabricadas por *fake news*, o Ministério da Saúde brasileiro desenvolveu uma aba⁷ na página virtual do Ministério da Saúde para esclarecer estes desamparos nas formas de

5 <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2020/03/africa-do-sul-vai-prender-ate-seis-meses-quem-divulgar-fake-news-sob.html>

6 <https://www.postalsaude.com.br/beneficiario/noticias/11-fake-news-sobre-coronavirus-que-estao-circulando-pelo-mund>

7 <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news>

agir, com a finalidade de esclarecer a opinião pública e evitar a desinformação, o caos e o combate às *fake news*. Com isso, foi possível monitorar e auxiliar no mapeamento de *fake news* sobre a pandemia, bem como oferecer um número via WhatsApp⁸ exclusivo, para que as pessoas encaminhem as mensagens que posteriormente serão verificadas pelas áreas técnicas e respondidas oficialmente. A proposta da conferência de *fake news* também é uma espécie de democratização das informações e disponibilização de saberes verídicos à sociedade no incentivo à saúde pública. Em um estudo recente sobre *fake news* e a pandemia no Brasil foi apresentado um quadro com algumas notícias falsas listadas no site do Ministério da Saúde, conforme segue (SOUSA JÚNIOR et al., 2020).

Quadro 1 – Fake news sobre o coronavírus

FAKE NEWS	ESCLARECIMENTO
"Chá de abacate com hortelã previne o coronavírus"	De acordo com o Ministério da Saúde, não existe comprovação científica de nenhum tipo de bebida, alimento, medicação ou vacina para a COVID-19, estudos estão sendo desenvolvidos no mundo inteiro, mas ainda não há conclusões sobre tais estudos.
"Uísque e mel contra o coronavírus"	
"Receita de alho cura o coronavírus"	
"Chá imunológico combate o novo coronavírus"	
"Hidroxicloroquina e cloroquina curam o coronavírus"	
"Beber água quente ou chás mata o vírus"	
"O coronavírus, antes de atingir os pulmões, permanece na garganta por quatro dias e, nesse período, a pessoa começa a tossir e sentir dores na garganta. Se essa pessoa beber muita água e fizer gargarejo com água morna, sal ou vinagre, isso eliminará o vírus"	
"Médicos tailandeses curam coronavírus em 48 horas"	Pesquisas apontam para a eficácia do álcool gel.
"Álcool-gel não tem eficácia, vinagre sim"	

8 <https://www.saude.gov.br/fakenews>

"Cientistas indianos encontraram semelhança entre o vírus HIV com o coronavírus"	As pesquisas indicaram semelhança com o vírus SARS-CoV.
"China cancelou todos os embarques de produtos por navio até março"	Não há relatos que apontem que o vírus é transportado por meio de produtos.

Fonte: SOUSA JÚNIOR et al. (2020, p. 336).

Vale mencionar que o desocultamento das *fake news* precisa ser realizado por toda a sociedade em seus diversos veículos de imprensa da mídia tradicional (jornais, revistas, TV, canais nas redes sociais), com um empenho na checagem das informações para evitar distorções comunicacionais que podem levar à morte em alguns casos. A propagação de *fake news* é muito rápida e os sujeitos são atropelados pela intensidade dos sintomas de crise, mudanças repentinas de humor, ansiedade, apatia política e irritabilidade – sintomas frequentes em tempos de pandemia, sem o devido tempo de conferência antes do compartilhamento com as pessoas mais próximas. Sem dúvida, a proliferação de ataques falsos em formatos regulatórios pelas mídias digitais provoca efeitos destrutivos na vida real, especialmente se tomados como simples usuários de máquinas e receptores passivos. A ação de grupos em cenários de crise e (des)controle exige, conforme Santaella (2019, p. 26), a necessidade de pensar em "educação para as mídias e nas mídias, um conceito dinâmico que envolve a busca e procedimentos adequados para os desafios tecnológicos, sociais, culturais e políticos que se apresentam e que não podem ser enfrentados com promessas mágicas e ingênuas".

Entretanto, os projetos precisam movimentar e oferecer caminhos de pesquisa às pessoas para que se tornem encorajadas a pensar criticamente acerca dos conteúdos e informações (extremistas, ofensivas e de violências simbólicas), tornando-as "resilientes e empoderadas com as habilidades, o conhecimento e o suporte que as

auxiliarão a navegar tão seguramente quanto possível. Essa é a tarefa da educação para e nas redes” (SANTAELLA, 2019, p. 27). A formação educacional para e nas redes depende também da sensibilidade e do “cuidado com a alteridade e a ética da curiosidade em relação às complexidades psíquicas e sociais que nos constituem como humanos” (SANTAELLA, 2019, p. 28). Assim, uma pessoa digitalmente letrada seria aquela que compara uma série de fontes, que investiga e busca outras perspectivas, para não recair em ações frias de meros executores de ordens mentirosas. A ação ocorre no espaço da aparência instrumental, utilitária, que desprotege o mundo comum pela propagação das *fake news* e o uso das tecnologias digitais, também é abordado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (*fake news*), de pós-verdades, do *cyberbullying* e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias (BRASIL, 2017, p. 478).

As discussões sobre como agir em meio aos multiletramentos digitais que abrangem a superação dos autoritarismos humanos para promover a autonomia e a felicidade pública implica nos modos de pensar e dar visibilidade às distorções das tecnologias, no sentido de orientar o tratamento da informação, problematizando as diferentes narrativas de sua utilização. Busca-se, dessa forma, uma espécie de “desenvolvimento de habilidades de busca avançada (a chamada *power searching*) que tornará mais fácil a localização de recursos relevantes em meio à proliferação de material on-line” (BUCKINGHAM, 2010, p. 48). Tendo isso em vista que as crianças precisam desenvolver capacidades não apenas para lidar com as informações, mas precisam ser capazes de avaliá-las, explorá-las de forma crítica e autônoma, para que possam, assim, transformá-las em conhecimento de inesgotabilidade da conversação humana e da experiência com o mundo.

Isso significa fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo. [...] O letramento digital é bem mais do que uma questão funcional de aprender a usar o computador e o teclado, ou fazer pesquisas na web [...] como com a imprensa, elas também precisam ser capazes de avaliar e usar a informação de forma crítica se quiserem transformá-la em conhecimento. Isso significa fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo, compreendendo como estes desenvolvimentos tecnológicos estão relacionados a forças sociais, políticas e econômicas mais amplas. (BUCKINGHAM, 2010, p. 49).

Os processos de letramentos e inclusão digital englobam as diferentes formas de textos na leitura crítica de imagens, técnicas, habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver a multiplicidade de interpretações nas mais variadas mídias. Os multiletramentos digitais pautam-se em algumas características: “a) são interativos (colaborativos); b) fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas; e c) são híbridos, fronteirços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas)”. (ROJO, 2012, p. 23). Por sua vez, Buzato (2003) define os letramentos digitais como um *conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo*. Dessa forma, os letramentos digitais compreendem a utilização de diferentes dispositivos, linguagens híbridas, capacidade de fazer relações e jogos cinestésicos, muito além do computador. Araújo e Glotz (2009, p. 15) salientam que não há letramentos digitais se o sujeito não possui “autonomia, criticidade e poder de reformulação e redirecionamento em relação ao uso que ele faz das TIC em sua vida”.

Nesse caso, o conceito é ampliado, como destacam Saito e Souza (2011, p. 135), com questões implícitas ou explícitas, que se referem à “avaliação, crença, valores, ideologia, cidadania, tomada de

poder, identidade, produção, e outras categorias relacionadas a uma dimensão crítica de letramento”. O sujeito precisa também desenvolver a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação disponibilizada eletronicamente, com as normas que regem a comunicação interpessoal através dos sistemas computacionais. Para Santos e Almeida (2020, p. 13), futuras investigações e tecnologias digitais necessitam considerar quatro aspectos como fontes para estimular a participação dos sujeitos, a saber:

Empoderamento: apresentar e reforçar nos sujeitos o conhecimento sobre as fontes e os tipos de conteúdo que podem ser falsos; Engajamento: desenvolver redes de apoio e espaços de comunicação entre os sujeitos; Educação: educar os sujeitos para a identificação e riscos das notícias falsas; e Encorajamento: encorajar os sujeitos a identificar, invalidar e combater as notícias falsas.

A partir disso, Silva (2013, p. 21) lança um olhar sobre a percepção dos letramentos digitais como algo relacionado aos pressupostos hegemônicos neotecnocistas, evidenciando “que a concepção de educação que orienta as práticas de letramento digital de professores e alunos [...] encontra-se subsidiada por pressupostos contra-hegemônicos que possibilitam visões críticas e transformadoras da realidade social”. Dessa forma, a relação contra-hegemônica se dá pela relação dialógica, pedagógica e crítica das leituras da palavra e das práticas sociais do educar, com base nos valores culturais, técnicos e ideológicos, que penetram, expandem, socializam e integram a vida em sociedade. É necessário pensar se a educação está impossibilitando e inviabilizando os letramentos digitais, ou seja, não caminhando para a autocrítica, mas para a alienação ideológica do mercado capitalista, justamente porque reflete o sentido operacional e reprodutivo das tecnologias em vigor. Assim, os professores e estudantes se encontram em situação de vulnerabilidade, pela ausência de linguagem, vazio de pensamento, apatia política impulsionada pelas tecnologias digitais

que propaga um horizonte de incompreensão balizado por um agir estratégico e administrado da humanidade.

No contexto educacional também precisamos discutir sobre as dissonâncias cognitivas e emocionais comuns que as tecnologias digitais podem gerar quando tomadas por visões simplificadoras dos processos pedagógicos, suscitando a dependência. Assim, os letramentos digitais vão além do “aprender a digitar, conhecer o significado de cada tecla do teclado ou usar um *mouse* [mas, sobretudo], dominar a tecnologia para que, além de buscarmos a informação, sejamos capazes de extrair conhecimento” (PEREIRA, 2011, p. 17). Trata-se, portanto, de ir além da inovação sem mudança ou da instrumentalização da vida, para atingir, a partir de letramentos digitais, a democratização formativa e a correção das informações.

A partir do que Perissé (2005) propõe, há pelo menos cinco dimensões da leitura que favorecem os processos de compreensão dos multiletramentos (incluindo aqui os digitais) e que não se esgotam na transmissão cultural ou na leitura superficial do que a internet apresenta, a saber: *leitura funcional ou investigativa* (busca identificar os componentes e a organização do texto), *recreativa* (leitura que diverte e dá prazer), *leitura reflexiva* (instiga várias leituras do mesmo texto e desperta perguntas), a leitura inspiradora (motiva também à escrita, ao diálogo com o texto lido pela escritura de novos textos e formas de narrar) e a *leitura formativa* (transforma o sujeito leitor em cidadão do mundo voltado para o aprendizado constante).

Os autores nos convidam a enxergar que a complexidade da experiência humana da vida cotidiana engloba falar a palavra que transforma e já começar a transformar que não pode se esgotar no interior de sistemas teóricos acabados, pois o que está em jogo é a formulação de novos estilos de leituras e de escritas comprometidos com o rompimento definitivo com as verdades enrijecidas pela influência da racionalização tecnocientífica. Portanto, ir ao encontro

das leituras implica o ato de revisitar estilo textual que melhor dê conta desta tarefa, como forma de expressar tais transformações. A ideia de letramento digital como uma forma de diálogo pedagógico, que reconhece a importância das diferenças e envolve a mobilização de um conjunto de letramentos e práticas sociais entrecruzadas de forma mútua e sensíveis aos contextos e à vida remete à necessidade de exercitar a pergunta, a criticidade, a curiosidade e a criatividade no sentido de acolher a pessoa como ela é.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A evolução da comunicação precisa ser acompanhada por uma abordagem crítica dos letramentos digitais que engloba todas as práticas sociais construídas, disseminadas e selecionadas culturalmente, para não impulsionar notícias falsas. Participar das práticas digitais e sociais supõe desenvolver pesquisas com a pluralidade de experiências comunicativas, de letramentos críticos enquanto elementos imprescindíveis para um projeto educativo de revisão das ambiências de uma realidade global que populariza as notícias falsas. De acordo com Souza (2011), a produção de sentidos e significados das leituras e escritas de mundos são ações históricas e culturais que demandam uma atitude crítica dos professores para ultrapassar a mera reprodução de verdades que podem estar travestidas em identificação com *fake news*.

O processo de ler criticamente envolve *aprender* a escutar não apenas o texto e as palavras que o leitor estiver lendo, mas também – e talvez mais crucialmente no mundo de conflitos e diferenças de hoje – aprender a escutar as próprias leituras de textos e palavras. Isso quer dizer que ao mesmo tempo em que se aprende a escutar, é preciso aprender a se ouvir escutando. (SOUZA, 2011, p. 132, grifos no original).

Uma sociedade que não passa por processos de letramento crítico dos conteúdos digitais faz com que os sujeitos não se responsabilizem pela leitura realizada ou pela própria interpretação que faz de uma notícia algo acabado, o que se reflete na passividade e na repetição de falsas verdades massificadoras, sem mobilizar os próprios sentidos e sabotando o tempo de pensar. A nova intransparência presente em notícias falsas impõe novos letramentos à educação como forma de resistir à homogeneização de práticas banais, covardes e desleais. Pensar sempre e exercitar pedagogicamente uma espécie de conflito de interpretações seriam condições fundamentais para práticas críticas de leitura e escrita de referência intercultural de diálogos que convida para o compartilhamento de informações em diferentes plataformas digitais.

Vivemos a era das linguagens líquidas, a era do *networking*, ou relacionamento. Nesta era, competências variadas são exigidas [...]. Falamos em mover o letramento para os multiletramentos. Em deixar de lado o olhar inocente e enxergar o aluno em sala de aula como nativo digital que é: um construtor-colaborador das criações conjugadas na era das linguagens líquidas (ROJO, 2013, p. 8).

Desse modo, os processos de multiletramentos digitais implicam na capacidade de problematizar os conceitos epistemológicos, filosóficos e sociológicos apreendidos por meio das tecnologias digitais, para gerar a suspensão do juízo e a revisão político-pedagógica no relacionamento com o mundo das redes sociais, o que “favorece e privilegia a aquisição das habilidades necessárias para a autonomia, a autoria e a criatividade” (BANNELL et al., 2016, p. 123). Contudo, com os novos letramentos digitais perdemos a característica da metáfora do desenvolvimento humano ligada aos estágios escolares ou ao desenvolvimento psicossocial e todas as gerações passam a ser expostas, desde os espaços familiares, irrestritamente a informações via internet, estabelecidas pela coação de liberdade, pela embriaguez perceptiva do consumo e pela estupidez globalizada de desrespeito recíproco.

A pedagogia frente aos novos letramentos vem à cena como um saber social de interdependência, que ganha sentido na reconstrução comunicativa com o outro no desvelamento das *fake news*. Essa perspectiva vai ao encontro da perspectiva *da cultura reconstrutiva dos sentidos das tecnologias na educação* (HABOWSKI, 2019; HABOWSKI, 2020), pois faz pensar e mobiliza o diálogo inesgotado com o acontecer da tradição cultural inerente à construção do saber técnico-científico e pedagógico, em relação dialética com o saber-fazer, o saber-pensar, o saber-ser em relação com o outro, com os novos conhecimentos, comportamentos e valores do percurso educativo humanizado e emancipado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Inês. Participação em rede: do utilizador ao “consumidor 2.0” e ao “prosumer”. *Revista Comunicação e Sociedade*, Braga, n. 22, p. 131-147, 2012.
- ARAÚJO, Verônica Danieli Lima Araújo; GLOTZ, Raquel Elza Oliveira. O letramento digital enquanto instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento: desafios atuais. *Educação Pública*, Santos, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2009.
- BANNELL, Ralph Ings et al.. *Educação no século XXI: cognição, tecnologias e aprendizagens*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2016.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e Política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Pref. Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010.
- BUZATO, Marcelo. *Letramentos digitais e formação de professores*. São Paulo: Portal Educarede, 2003.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-Metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

HABOWSKI, Adilson Cristiano. *Tecnologias e Educação: conhecer o outro lado*. Curitiba: Appris, 2020.

HABOWSKI, Adilson Cristiano. *Teoria crítica da tecnologia e educação: desafios contemporâneos*. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1249/1/achabowski.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Ênio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HERMANN, Nadja. *Hermenêutica e educação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (Org.). *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação*. Paris: Unesco, 2018.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 4th. ed. United States: The Univ. of Chicago, 2012.

LAMA, Fernando Araújo Del; PHILIPSON, Gabriel Salvi. Frear a locomotiva da História é uma ação contra o programa do aparato: notas sobre a crítica da técnica em Benjamin e Flusser. *Artefilosofia*, Ouro Preto, v. 1, n. 26, 2019, p. 135-160.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Fake news, mentira organizada e educação: uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 243-263, mar. 2020.

PEREIRA, João Thomaz. Educação e Sociedade da Informação. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PERISSÉ, Gabriel. *Elogio da Leitura*. Barueri, SP: Manole, 2005.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11-31.

ROJO, Roxane (Org.). *Escola conectada: os multiletramentos e as TIC*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SAITO, Fabiano Santos; SOUZA, Patrícia Nora de. (Multi)letramento(s) digital(is): por uma revisão de literatura crítica. *Linguagens e Diálogos*, v. 2, n. 1, p. 109-143, 2011.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Priscila Costa; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação e fake news: construindo convergências. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-31, e020057, 2020.

SASTRE, Angelo; OLIVEIRA, Claudia Silene Pereira de; BELDA, Francisco Rolfsen. A Influência do “Filtro Bolha” na Difusão de Fake News nas Mídias Sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. *Revista Geminis*, São Carlos/UFSCar, v. 9, n. 1, p. 4-17, 2018.

SILVA, Elson Marcolino da. *Letramento digital e pressupostos teórico-pedagógicos: neotecnicismo pedagógico?* 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOARES, Magda B. Práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 07 out. 2020.

SOUSA JÚNIOR, João Henriques de et al.. *Da Desinformação ao Caos: uma análise das*

Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos de Prospecção*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 331-346, 2020. DOI: 10.9771/cp.v13i2%20COVID-19.35978

SOUZA, Lynn Mario Trindade Menezes de. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAÚJO, Vanessa de Assis (Orgs.). *Formação de professores de línguas – ampliando perspectivas*. Jundiaí, SP: Paco, 2011.